



Estratégia
Carreira Jurídica

1° SIMULADO **DELEGADO PCRN**

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PC-RN;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa dos editais dos últimos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PCRN-Delegado-07-03>

Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100

PROVA OBJETIVA**Português****Vale a pena investir em prevenção para evitar o bullying**

Quando uma pessoa se sente prejudicada pelo ato de outra, uma das formas de ser compensada é por uma indenização financeira, conseguida através do Poder Judiciário. Indenizar quer dizer reparar.

Têm certas coisas que dificilmente vão ser reparadas pelo dinheiro, principalmente quando dizem respeito à esfera moral.

Todo mundo já ouviu falar do bullying, que apesar de ser um fenômeno antigo e permear todos os tipos de relações sociais, parece algo moderno e que se restringe à relação entre alunos de uma escola.

Bullying é um termo usado para descrever a vitimização de uma pessoa por outra, com o intuito de demonstrar seu poder. Pode variar de ofensas verbais até atos físicos violentos.

A vítima geralmente tem características pessoais mais frágeis como, por exemplo, ser tímido ou apresentar algum aspecto físico marcante.

Em Belo Horizonte, um jovem foi condenado a pagar a uma antiga colega de classe o montante de R\$ 8 mil por ter, segundo dizem, praticado o bullying.

Há dois anos, colocou-lhe apelidos e fez insinuações maldosas. O juiz considerou que para tudo há um limite. Para os pais do rapaz, suas atitudes não passaram de brincadeira.

A garota também não interpretou assim e recorreu à escola, que disse ter tomado atitudes para mudar o comportamento do aluno, como transferi-lo de sala e repreendê-lo. Porém, as ofensas continuaram, sendo necessária a interferência da Justiça.

Um ato agressivo realmente não pode passar despercebido. Não acredito que a indenização vá cicatrizar a ferida de um ou transformar a conduta do outro. Apenas servirá para que o sofrimento da garota seja vingado e o comportamento do rapaz punido (a punição será para seus pais).

Mudança efetiva

Esse tipo de violência tem acontecido muito em ambiente escolar. Há versões modernas como o cyberbullying, que são agressões via internet ou celular. Reprimi-lo, como a escola e a Justiça tentaram fazer, terá pouca chance de provocar uma transformação. Na verdade, a repressão impede uma mudança efetiva.

Apesar desses atos serem frequentes, pouco espaço tem existido nas escolas para reflexão, havendo apenas ações repressivas quando eles vêm à tona. Ora, o ser humano tem um lado agressivo e negá-lo ou colocá-lo no fundo de um poço não impedirá sua manifestação. Pelo contrário, poderá dar-lhe forças.

As ações escolares para combater o bullying devem ser no sentido de preveni-lo, onde mais que seguir uma conduta, o aluno possa dar sentido a ela, considerando a si e ao outro parte do mundo. Quando algo é questionado e pensado, propicia a tomada de consciência de sua dimensão e importância. O outro poderá ser visto como alguém que também tem sentimentos.

Um trabalho nesse sentido deve fazer parte do dia a dia de uma escola e envolver a família dos alunos. Muito do que somos e como nos expressamos tem sua origem lá. É necessário que ambos ajudem os jovens a se construir como pessoas, não só no que aprendem, mas como agem.

Provavelmente a indenização não servirá de reparação para nada no caso do acontecimento mineiro. Porém, não deixa de ter a função de consolo para a vítima e sua família. Para outros possíveis casos, vale a pena investir na prevenção.

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/opiniao-vale-pena-investir-em-prevencao-para-evitar-o-bullying.html>

01. Assinale a alternativa que apresenta uma leitura correta do texto.

- a) Bullying é um termo usado para descrever a vitimização de uma pessoa por outra, por meio apenas de ofensas verbais, com o intuito de demonstrar seu poder.
- b) Em todos os casos denunciados de bullying, os agressores são penalizados com multas.
- c) Indenizar, segundo o texto, é uma forma de compensação.
- d) O cyberbullying é ainda mais grave que o bullying.
- e) Bullying é um ato violento que se restringe ao ambiente escolar.

02. Assinale a alternativa cuja palavra ou expressão entre parênteses NÃO substitui corretamente a anterior a ela.

a) Quando (**Na hora em que**) uma pessoa se sente prejudicada pelo ato de outra, uma das formas de ser compensada é por uma indenização financeira, conseguida através do Poder Judiciário. Indenizar quer dizer reparar... (1º parágrafo)

b) Têm certas coisas que (**as quais**) dificilmente vão ser reparadas pelo dinheiro, principalmente quando dizem respeito à esfera moral. (2º parágrafo)

c) Todo mundo já ouviu falar do bullying, que (**o qual**) apesar de ser um fenômeno antigo e permear todos os tipos de relações sociais, parece algo moderno e que se restringe à relação entre alunos de uma escola. (3º parágrafo)

d) A vítima geralmente (**nomeadamente**) tem características pessoais mais frágeis como, por exemplo, ser tímido ou apresentar algum aspecto físico marcante. (5º parágrafo)

e) Provavelmente (**Possivelmente**) a indenização não servirá de reparação para nada no caso do acontecimento mineiro. (14º parágrafo)

03. Assinale a alternativa em que a reescrita proposta em negrito NÃO preserva o sentido ou NÃO está de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa.

a) A garota também não interpretou assim e recorreu à escola, que disse ter tomado atitudes para mudar o comportamento do aluno. (8º parágrafo) / **A garota também não interpretou dessa forma e recorreu à escola, a qual disse ter tomado atitudes a fim de mudar o comportamento do aluno.**

b) Porém, as ofensas continuaram, sendo necessária a interferência da Justiça. (8º parágrafo) / **No entanto, as ofensas continuaram; sendo necessária, por conseguinte, a interferência da Justiça.**

c) Um ato agressivo realmente não pode passar despercebido. (9º parágrafo) / **Um ato agressivo realmente não pode passar despercebido.**

d) Esse tipo de violência tem acontecido muito em ambiente escolar. (10º parágrafo) / **Esses tipos de violência têm acontecido muito em ambiente escolar.**

e) Pelo contrário, poderá dar-lhe forças. (11º parágrafo) / **Pelo contrário, poderá dar forças a ela.**

04. Em “Há versões modernas como o cyberbullying, que são agressões via internet ou celular.” (10º parágrafo), a palavra em destaque pode ser corretamente substituída por

a) Tem

b) Têm

c) Existe

d) Existem

e) houveram

05. A alternativa em que o verbo não possui a mesma regência do verbo destacado abaixo é “A garota também não interpretou assim e recorreu à escola, que disse ter tomado atitudes para mudar o comportamento do aluno, como transferi-lo de sala e repreendê-lo.” (8º parágrafo)

a) “Não acredito que a indenização vá cicatrizar a ferida de um ou transformar a conduta do outro.” (9º parágrafo)

b) “terá pouca chance de provocar uma transformação.” (10º parágrafo)

c) “Reprimi-lo, como a escola e a Justiça tentaram fazer, terá pouca chance de provocar uma transformação.” (10º parágrafo)

d) “Pelo contrário, poderá dar-lhe forças.” (11º parágrafo)

e) “Na verdade, a repressão impede uma mudança efetiva.” (10º parágrafo)

06. Em “Reprimi-lo, como a escola e a Justiça tentaram fazer, terá pouca chance de provocar uma transformação.” (10º parágrafo), o pronome em destaque retoma

- a) “ambiente escolar”
- b) “rapaz”
- c) “justiça”
- d) “Esse tipo de violência”
- e) “escola”

07. Observe o fragmento abaixo:

“Apesar desses atos serem frequentes, pouco espaço tem existido nas escolas para reflexão, havendo apenas ações repressivas quando eles vêm à tona.” (11º parágrafo)

Julgue as afirmações e marque a alternativa correta

I – A fim de preservar o padrão formal e culto, deve haver a separação dos vocábulos “de” e “esses”, da seguinte forma: “Apesar **de esses** atos serem frequentes”.

II – O verbo “tem”, na locução “tem existido” deve concordar com “escolas”, por isso deve receber acento circunflexo: **têm existido**.

III – O pronome “eles” retoma “esses atos”.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação III está correta.
- c) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- d) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

08. Em “Quando algo é questionado e pensado, propicia a tomada de consciência de sua dimensão e importância.” (12º parágrafo), a palavra destacada tem valor de:

- a) tempo
- b) alternância
- c) concessão
- d) condição
- e) concessão

09. Marque a alternativa em que a reescrita do excerto abaixo preserve o sentido e a correção gramatical.

“Em Belo Horizonte, um jovem foi condenado a pagar a uma antiga colega de classe o montante de R\$ 8 mil por ter, segundo dizem, praticado o bullying.” (6º parágrafo)

a) Um jovem foi condenado, em Belo Horizonte, a pagar o valor de R\$ 8 mil a uma antiga colega de classe, por ter, segundo dizem, praticado o bullying.

b) Em Belo Horizonte um jovem foi condenado a pagar a uma antiga colega de classe o valor de R\$ 8 mil por ter, segundo dizem praticado o bullying.

c) Um jovem foi condenado a pagar a uma antiga colega de classe cerca de R\$ 8 mil por ter, segundo dizem em Belo Horizonte, praticado o bullying.

d) Em Belo Horizonte, um jovem foi detido e obrigado à pagar a uma antiga colega de classe o montante de R\$ 8 mil por ter segundo dizem praticado o bullying.

e) Um jovem foi condenado a pagar, a uma antiga colega de classe, o valor de R\$ 8 mil, devido à ter – segundo dizem em Belo Horizonte – praticado o bullying.

10. A palavra “vitimização” (4º parágrafo) é formada pelo processo de

- a) parassíntese
- b) prefixação
- c) sufixação
- d) derivação sufixal e prefixal
- e) imprópria

Noções de informática

11. Uma rede de computadores pode ser classificada quanto à dimensão, tamanho ou abrangência de área geográfica. Sobre essa classificação, pode-se afirmar que a Internet é uma:

- a) MAN
- b) PAN
- c) WAN
- d) LAN
- e) SAN

12. Dentre os diversos critérios de busca e pesquisa, as aspas são utilizadas quando o usuário deseja:

- a) pesquisar algo ignorando algum tipo de significado atribuído a uma palavra, isto é, excluindo uma gama de definição.
- b) pesquisar resultados somente em um determinado site.
- c) pesquisar um termo exatamente da maneira em que foi escrito da barra de busca.
- d) pesquisar dentro de um intervalo de números.
- e) pesquisar algo em redes sociais.

13. O processo de armazenar temporariamente no disco rígido imagens ou seções de uma página web visitada por meio de um navegador com o intuito de acelerar o carregamento das páginas e a navegação em si é realizado por meio de uma funcionalidade chamada:

- a) Cookies
- b) Phishing
- c) Storage
- d) Cache
- e) Loader

14. Dada a tabela a seguir, a função utilizada na planilha abaixo para calcular a soma da idade dos funcionários do sexo masculino é:

	A	B	C
1	Funcionário	Idade	Sexo
2	João	29	M
3	Marcos	33	M
4	Juliana	40	F
5	Rafael	32	M
6	Mirela	19	F
7	Júlia	26	F
8	Adriana	31	F
9	Luís	36	M
10	Igor	28	M
11	Larissa	23	F

- a) =SOMA.SES(B2:B11;"=M";C2:C11).
- b) =SOMASES(C2:C11;"=M";B2:B11).
- c) =SOMASE(C2:C11;"=M";B2:B11).
- d) =SOMA.SE(C2:C11;"=M";B2:B11).
- e) =SOMAS(C2:C11;"M").

15. Qual dessas não é uma vantagem do SSD (Solid State Driver) em relação ao HD (Hard Drive):

- a) Maior capacidade de armazenamento.
- b) Menor tamanho físico.
- c) Menor emissão de ruído.
- d) Maior velocidade.
- e) Menor consumo de energia.

Atualidades

16. “O que é coronavírus?”

Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19 após casos registrados na China.

Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa.

A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/wkp44ts>. Acesso em 13/02/2020.

A respeito de fatos atuais relacionados a esta epidemia, assinale a alternativa correta:

- A Organização Mundial da Saúde (OMS) denominou oficialmente a doença causada pelo novo vírus de “Infecção Respiratória CoV-2019”.
- A cidade chinesa de Wuhan, na província de Hubei, é considerada como o centro da epidemia, mas o maior número de mortes até o momento ocorreu na capital, Pequim, localizada na província de Hebei.
- Apesar da rápida propagação do vírus, as mortes causadas pelo coronavírus ainda são inferiores às mortes provocadas pela Síndrome Respiratória Aguda (Sars), doença deflagrada também na China por um tipo semelhante de coronavírus em 2002.
- Muito embora tenha-se registrado suspeitas de coronavírus na América Latina, inclusive no Brasil, não foi confirmada a existência de nenhum caso de infecção pelo vírus na região.
- Por causa da ameaça do coronavírus, a etapa da Fórmula 1 que ocorreria em abril, na cidade de Xangai, acabou adiada e ainda não tem nova data para acontecer.

17. No ano de 2019, o Mercosul fechou dois acordos comerciais, com a União Europeia e com o seguinte bloco econômico:

- NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio).
- APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico).
- EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio).
- SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral).
- CAN (Comunidade Andina de Nações).

18. “Mais uma vítima internada com a suspeita de ter sido intoxicada morreu, aumentando para cinco o total de mortes decorrentes da contaminação do produto por substâncias tóxicas.

Ao menos 29 pessoas apresentaram os sintomas de intoxicação por dietilenoglicol.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/vu32gm6>. Acesso em 20/02/2020.

O trecho destacado no enunciado está relacionado

- A enchentes e alagamentos em São Paulo e em Belo Horizonte, que causaram o rompimento de várias tubulações do sistema de saneamento.
- Ao consumo de água da torneira contaminada, devido a erros no tratamento da Cedae, no Rio de Janeiro.
- Ao banho em águas contaminadas com óleo, vazado de navios petroleiros, em praias do Nordeste.
- Ao consumo de cerveja contaminada, produzidas pela empresa Backer.
- Ao deslizamentos de terras que continham metais pesados no Rio de Janeiro e Espírito Santo.

19. A respeito das transformações da globalização na ordem política e mundial, assinale a alternativa correta:

a) A integração dos mercados, por meio dos blocos econômicos, é uma clara contestação dos países à globalização, recusando-se a exercerem atividades comerciais com aqueles que não participam do seu bloco econômico.

b) A difusão de grandes empresas transnacionais e a divisão de suas atividades econômicas para qualquer parte da Terra deve-se, sobretudo, ao avanço das tecnologias de informação, de comunicação e de transportes, oriundas em grande parte da Revolução Técnico-Científico-Informacional.

c) A fragmentação das grandes corporações transnacionais em várias pequenas empresas aponta para o eminente fim dos Estados nacionais e para uma economia totalmente descentralizada, favorecida pelo contínuo avanço e valorização das moedas digitais, como o Bitcoin.

d) As mudanças provocadas pela globalização não expressam as relações de poder entre as nações, tornando-a um processo democrático e justo.

e) O fim de milhares de empregos e os problemas ambientais globais mostram o lado negativo e perverso da globalização, que só podem ser resolvidos revertendo esse processo ainda em curso.

20. O Custo Brasil é um conceito que designa o conjunto de dificuldades de ordem econômica, burocrática, de infraestrutura e logísticas que encarecem os produtos brasileiros no mercado internacional, prejudicando as exportações e, assim, a economia do país. A respeito da matriz brasileira de transportes, assinale a alternativa correta:

a) Todo modal de transporte possui as suas vantagens e desvantagens, o que significa que devem ser conciliados visando ao desenvolvimento econômico. O transporte rodoviário, por exemplo, é o mais indicado para interligar pontos próximos e cargas urgentes, mas não muito volumosas.

b) Apresentando amplo predomínio do transporte rodoviário, a matriz de transportes brasileira ainda é muito precária, semelhante à dos países da África subsaariana.

c) Por mais que apresente sérios problemas estruturais, poder-se-iam resolver os problemas da matriz de transportes brasileira com a concessão de subsídios governamentais para os transportadores, a exemplo do que os países desenvolvidos fazem.

d) As características físicas brasileiras, como a sua grande extensão e o relevo com muitos desníveis, impedem que se instale uma boa infraestrutura de transportes baseada na intermodalidade.

e) A opção pelo transporte rodoviário em detrimento do transporte ferroviário no Brasil se justifica pelo fato do transporte ferroviário gerar uma maior demanda de combustível em relação ao transporte rodoviário, tornando-se, assim, mais poluente.

Direito Administrativo

21. Sobre a eventual correlação existente entre improbidade administrativa e prisões ilegais efetuadas por policiais civis, assinale a alternativa correta segundo a jurisprudência do STJ:

a) Não é possível a cumulação de pena disciplinar e improbidade administrativa, sob pena de caracterizar bis in idem.

b) É possível que a conduta ilícita dos policiais civis seja enquadrada como ato de improbidade que viola os princípios da administração pública.

c) O fato de a prisão ilegal se dar contra particulares não autoriza a incidência da Lei de Improbidade Administrativa.

d) Pela especialidade das funções exercidas pela Polícia Civil, a Lei de Improbidade Administrativa não se aplica aos agentes públicos de tais corporações.

e) Prisões ilegais violam apenas o ordenamento jurídico interno, sem haver violação a compromissos internacionais firmados pelo Brasil.

22. A Lei Federal nº 8.666/93 prevê hipóteses que podem ensejar a prorrogação de um contrato administrativo, que deverá ser justificada e previamente autorizada pela autoridade competente. As hipóteses relacionadas a seguir estão corretas, exceto:

- a) A alteração do projeto ou das especificações pela Administração.
- b) A omissão ou atraso de providências a cargo da Administração.
- c) O aumento das quantidades inicialmente previstas, nos limites permitidos pela lei.
- d) A superveniência de fato previsível que altere as condições de execução do contrato.
- e) A suspensão ou redução do ritmo de trabalho por imposição do órgão administrativo.

23. Ainda tratando sobre o regime dos contratos administrativos firmados com base na Lei Federal nº 8.666/93, assinale a alternativa correta:

- a) não se aplicam disposições de direito privado aos contratos administrativos, sendo vedadas, especialmente, as cláusulas exorbitantes, pois estas ferem o equilíbrio contratual.
- b) os contratos administrativos possuem cláusulas exorbitantes que atribuem à Administração a prerrogativa de modificar unilateral e ilimitadamente o contrato administrativo.
- c) nos termos do regime jurídico que lhes é próprio, os contratos administrativos só podem adotar a forma escrita, sendo vedados os contratos verbais, em virtude da segurança jurídica.
- d) verificando-se vício na formalização do contrato, a administração só poderá promover sua anulação após a devida ação judicial, cuja decisão tenha transitado em julgado.
- e) poderá a administração aplicar sanções administrativas aos contratados, independentemente de ação judicial, desde que assegure o contraditório e a ampla defesa.

24. Em consonância ao estudo dos atos administrativos, assinale a alternativa correta e aderente à doutrina do tema:

- a) Será inválido o ato de remoção praticado como meio de punição ao servidor, ainda que haja necessidade de pessoal no local para onde ele foi removido.
- b) O mérito é aspecto do ato administrativo que, particularmente, diz respeito à sua forma legal, sempre prevista em lei.
- c) Há vício nos elementos finalidade e forma quando a matéria, de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato administrativo é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- d) Tratando-se de vício relativo ao sujeito, quando o agente público extrapola os limites de sua competência, ocorre o desvio de poder, que é espécie do gênero abuso de poder.
- e) Os atos administrativos podem ser discricionários ou vinculados. Quando vinculados, a motivação dos atos torna-se indispensável.

25. No tocante ao regime jurídico das autarquias, é correto afirmar que

- a) não se submetem à lei de licitações e não admitem nenhuma forma de contratação de seus agentes que não seja por concurso público.
- b) são pessoas jurídicas de direito público de capacidade exclusivamente administrativa e que seguem a regra geral do concurso público.
- c) podem ser criadas por decreto e submetem-se ao regime da responsabilidade objetiva.
- d) fazem parte da administração direta e devem contratar por meio de licitação.
- e) são pessoas jurídicas de direito público de capacidade política e são criadas por autorização legal.

26. Acerca dos Poderes da Administração, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. É possível no Brasil decreto regulamentar autônomo, em caráter excepcional e quando expressamente autorizado pela Constituição Federal.

II. O poder de polícia retira um direito pessoal do administrado em nome do interesse público.

III. O poder de polícia pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado que integram a Administração Pública.

IV. O Poder Disciplinar pode decorrer do Poder Hierárquico.

- a) Apenas I.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I e IV.
- d) Apenas I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

27. Segundo a Lei Federal nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, a causa de extinção da concessão, na hipótese de interesse público superveniente à concessão tornar mais conveniente a prestação do serviço pelo próprio Poder Público, diretamente, denomina-se

- a) reversão.
- b) encampação.
- c) caducidade.
- d) rescisão.
- e) anulação.

28. Imagine que determinado servidor público, no exercício de sua função pública, deixa de praticar um ato. Sua omissão causa prejuízos patrimoniais anormais a uma pessoa. Nesse contexto, eventual ação de indenização para reparar os prejuízos sofridos deve ser movida pelo particular contra:

a) o servidor diretamente, porque a responsabilidade é subjetiva e exclusiva do causador direto do dano.

b) o servidor e contra a Administração Pública, porque a responsabilidade neste caso presume-se solidária.

c) a Administração Pública, pois a responsabilidade civil do ente de direito público neste caso é objetiva.

d) a Administração Pública em primeiro lugar, devendo denunciar à lide o servidor que causou o dano.

e) a Administração Pública, como responsável subsidiário, se o patrimônio do servidor for inferior ao valor da indenização pleiteada.

29. Sobre os mecanismos de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) Os Tribunais de Contas podem, diretamente e por iniciativa própria, sustar contratos julgados irregulares.

b) A ação popular tem como pressuposto tutelar o patrimônio público, este compreendido apenas como sendo os recursos e bens públicos.

c) O controle externo da atividade policial é realizado pelo Congresso Nacional, com auxílio dos Tribunais de Contas.

d) O mandado de segurança coletivo impetrado por entidade de classe em favor dos seus associados depende de autorização destes.

e) Os Tribunais de Contas podem aplicar sanções, desde que tais sanções estejam previstas em lei.

30. Acerca das previsões constitucionais para os agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) o servidor público que for eleito para qualquer cargo eletivo em âmbito federal, estadual ou municipal terá que, obrigatoriamente, se afastar do cargo que vem exercendo.
- b) as idades mínimas atualmente previstas no corpo do texto constitucional para a aposentadoria de servidores públicos são de 60 anos para mulheres e 65 anos para os homens.
- c) o servidor público que seja exclusivamente ocupante de cargo em comissão é obrigatoriamente filiado ao Regime Geral de Previdência Social.
- d) a CRFB não prevê a avaliação de desempenho como uma das hipóteses de perda de cargo por parte de servidor público estável.
- e) policiais e agentes penitenciários poderão ter idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria, não se aplicando a mesma regra em relação aos agentes socioeducativos.

Direito Constitucional

31. Acerca do conceito e da classificação das constituições, assinale a opção correta.

- a) A constituição, segundo a concepção política de Ferdinand Lassalle, corresponde a uma decisão política fundamental, de modo que é possível ter no Estado duas Constituições: uma real e efetiva e outra que é mera folha de papel.
- b) Carl Schmitt idealizou o sentido político de Constituição, segundo o qual são normas constitucionais tudo o que estiver codificado numa lei organizadora do Estado, sem fazer qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.
- c) A Atual Constituição brasileira, quanto à finalidade, é classificada como garantia, uma vez que retrata apenas o indispensável para a existência do Estado brasileiro, com o propósito de submeter todas as forças políticas existentes ao seu regramento.
- d) No Brasil, dada a supremacia formal da Constituição, a distinção entre normas materialmente constitucionais e normas

formalmente constitucionais é irrelevante para fins de aferição da possibilidade de controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais.

e) Toda Constituição rígida é escrita, assim como toda constituição flexível é não escrita.

32. Sobre o direito de associação

- a) é plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter militar.
- b) a criação de associações deve observar o princípio da unicidade, de modo que, numa mesma base territorial, sendo a menor a área de um município, apenas uma associação de mesma finalidade poderá ser criada.
- c) uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ter compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.
- d) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente. No mandado de segurança coletivo, entretanto, ocorre a substituição processual, de maneira que não há a necessidade de autorização dos associados, para que as entidades associativas sejam impetrantes do mandamus em benefício daqueles.
- e) Não prejudica o direito de liberdade de associação a exigência legal de que a utilização de benefício assistencial, no período do defeso, depende da comprovação de estar cooperado.

1º Simulado PCRN Delegado – 07/03/20

33. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.

b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.

c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.

d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

34. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.

b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.

c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas

infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.

d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

35. A respeito do processo legislativo, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal, indique a única alternativa correta.

a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos e resoluções.

b) Assim como ocorre no processo legislativo das emendas à Constituição, não há iniciativa popular no processo legislativo das leis complementares.

c) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, direito civil e processual civil.

d) Nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, não será admitida emenda parlamentar.

e) Nos projetos de sua iniciativa, poderá o Presidente da República solicitar urgência para apreciação. Cada casa do Congresso Nacional terá prazo de 45 dias para manifestação sobre a proposição. Se o Senado emendar o projeto, a Câmara dos Deputados terá prazo de 10 dias para se manifestar.

1º Simulado PCRN Delegado – 07/03/20

36. A respeito das Súmulas Vinculantes e do controle de constitucionalidade, aponte a alternativa correta.

a) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.

b) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

c) Podem propor Súmula Vinculante os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade, além de outros autorizados por lei infraconstitucional.

d) A ação direta de inconstitucionalidade pode ser utilizada para combater Súmula Vinculante que contém ofensa direta ao texto da Lei Maior.

e) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que autoriza a suspensão do processo.

37. Acerca do Poder Judiciário e do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

b) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.

c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.

d) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do

Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.

e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

38. Acerca da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), indique a alternativa correta.

a) A ADPF objetiva evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Poderá ser proposta também quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, desde que contemporâneos da Constituição.

b) A admissão da arguição, assim como na ação declaratória de constitucionalidade, está adstrita à comprovação, na petição inicial, da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado.

c) Assim como ocorre na ação direta de inconstitucionalidade, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, sem a necessidade de submeter a decisão provisória ao Tribunal Pleno.

d) A decisão proferida em ADPF tem eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público. Os efeitos da decisão começam a ser produzidos após o trânsito em julgado.

e) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecurável, não podendo ser objeto de ação rescisória.

39. A respeito da organização político-administrativa do Estado, indique a alternativa correta.

a) Os Territórios integram a União e são criados por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional. Os Territórios, diferentemente do Distrito Federal, poderão ser divididos em Municípios.

b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

c) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

d) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados pela Assembleia Legislativa, por meio de decreto legislativo, observados os limites constitucionais.

e) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.

40. A respeito do Poder Legislativo e da autonomia estadual, assinale a opção correta, nos termos definidos pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) Compete ao Congresso Nacional processar e julgar o advogado-geral da União por crime de responsabilidade.

b) A Constituição Federal proíbe a edição de medidas provisórias estaduais.

c) A comissão parlamentar de inquérito (CPI) tem a prerrogativa para convocar Ministros de Estado a prestarem esclarecimentos, mas não podem promover a quebra de sigilo bancário de investigado.

d) Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, conceder anistia. Terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tortura e os crimes hediondos definidos por lei não admitem anistia.

e) Nas últimas eleições, o Estado do Ceará elegeu 22 deputados federais. A quantidade de deputados estaduais é definida a partir da quantidade de deputados federais eleitos, de forma que o número de deputados estaduais do Ceará corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

Direito Civil

41. Com relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar:

a) É irrevogável o ato de disposição do próprio corpo, no todo em parte, para depois da morte.

b) A ameaça ou lesão aos direitos da personalidade não se estendem aos mortos.

c) Os direitos da personalidade, em regra, são passíveis de transmissão e renúncia.

d) Nenhuma pessoa pode ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

e) É possível o ato de disposição do próprio corpo, quando contrariar os bons costumes.

42. De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado:

a) as organizações religiosas e as autarquias.

b) as fundações e as associações públicas.

c) as sociedades e as pessoas jurídicas regidas pelo direito internacional público.

d) as empresas individuais de responsabilidade limitada e as associações públicas.

e) os partidos políticos e as organizações religiosas.

43. Com relação aos efeitos da posse, é correto afirmar:

a) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de esbulho, restituído no de turbação, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

b) O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse.

c) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.

d) Obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.

e) O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, salvo se acidentais, e se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

44. Com relação à propriedade móvel, é correto afirmar:

a) Feita por quem não seja proprietário, a tradição não aliena a propriedade, exceto se a coisa, oferecida ao público, em leilão ou estabelecimento comercial, for transferida em circunstâncias tais que, ao adquirente de boa-fé, como a qualquer pessoa, o alienante se afigurar dono.

b) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante dois anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.

c) Se a posse da coisa móvel se prolongar por três anos, produzirá usucapião, independentemente de título ou boa-fé.

d) Quando tiver por título um negócio jurídico nulo, a tradição transfere a propriedade.

e) Aquele que, trabalhando em matéria-prima em parte alheia, obtiver espécie nova, desta será proprietário, se puder restituir à forma anterior.

45. No Brasil, a responsabilidade objetiva independe de culpa e é fundada na teoria do risco. A modalidade de risco presente no caso de “defenestramento”, refere-se à:

a) Teoria do risco administrativo.

b) Teoria do risco integral.

c) Teoria do risco criado.

d) Teoria do risco da atividade.

e) Teoria do risco-proveito.

Direito Tributário e Financeiro

46. Assinale a alternativa incorreta:

a) Os partidos políticos, assim como suas fundações, possuem imunidade tributária com relação aos impostos, desde que atendidos os requisitos legais.

b) São imunes com relação aos impostos as entidades sindicais dos trabalhadores, desde que atendidos os requisitos legais.

c) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, “c”, da Constituição, alcança as entidades fechadas de previdência social privada, ainda que haja contribuição dos beneficiários.

d) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.

e) São imunes com relação aos impostos os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

47. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) É constitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliário.

48. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) A enumeração das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.
- b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
- c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos antes do processo de falência.
- d) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por

sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, quando o devedor não reservou bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

49. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- b) Apenas os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em regime de monopólio estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.
- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.
- e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

50. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato da alienação.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da comprovação de dolo ou culpa.
- e) São hipóteses de extinção do crédito tributário a anistia e a isenção.

Direito Penal

51. O princípio da culpabilidade compreende:

- a) a capacidade mental de discernimento quando ao caráter ilícito do fato no momento da conduta, bem como da ciência desse discernimento.
- b) a contrariedade entre o ordenamento jurídico em vigor e um fato típico praticado por alguém capaz, cuja conduta lesiona bens jurídicos penalmente protegidos.
- c) a estrita observância às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.
- d) o juízo de censura que recai sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável por

um fato típico e antijurídico, com o propósito de verificar a necessidade de imposição de pena.

e) o ajuste perfeito entre o fato da natureza e a norma penal incriminadora

52. No que atine à aplicação da lei penal no tempo, assinale a opção INCORRETA.

Pode-se afirmar que à lei penal mais

- a) severa não se aplica o princípio da ultra-atividade.
- b) benigna não se aplica o princípio da extra-atividade.
- c) severa não se aplica o princípio da retroatividade mitigada.
- d) severa não se aplica o princípio da extra-atividade.
- e) benigna não se aplica o princípio da não ultra-atividade.

53. Em relação aos princípios gerais do direito penal e a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a opção correta.

- a) Ao Presidente da República é permitido, em casos de relevância e urgência, criar tipos penais por meio de medida provisória.
- b) Depois de revogada, a lei penal não pode continuar a regular fatos praticados durante a sua vigência.
- c) O Código Penal, adota a teoria mista (ubiquidade), por meio da qual o crime se considera praticado tanto no momento da ação quanto no do resultado
- d) Nos crimes continuados ou permanentes, será aplicada a lei penal mais benéfica caso sobrevenha lei penal mais grave antes do término da continuidade ou permanência do crime.
- e) O princípio da taxatividade impõe a existência de lei anterior ao fato cometido pelo agente, com definição precisa no preceito primário incriminador, vedada a criação de tipos porosos ou vagos.

54. Assinale a única opção correta, dentre as alternativas abaixo dispostas.

a) Desprezam-se as frações de dia nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, entretanto, nas penas de multa, as frações da moeda não devem ser desconsideradas.

b) A lei nova abolicionista, tem natureza jurídica de causa de extinção da punibilidade, resultando na extinção de todos os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.

c) A jurisprudência dos tribunais superiores tem admitido, desde que em benefício do réu, a combinação de leis penais, denominada de *lex tertia*.

d) Em relação ao tempo do crime, o legislador adotou, no CP, a teoria da atividade, considerando-o praticado no lugar da ação ou omissão.

e) Nenhuma alternativa está correta.

55. Em relação à extraterritorialidade da lei penal brasileira, assinale a opção correta.

a) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida do presidente da República, mesmo que o agente tenha sido condenado no estrangeiro.

b) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a administração pública praticados por quem esteja ao seu serviço, salvo se o agente for absolvido no estrangeiro.

c) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes de genocídio praticados por brasileiros natos, mas não os praticados por estrangeiros, mesmo que residentes no Brasil.

d) Os crimes praticados no estrangeiro, em embarcações brasileiras mercantes, ficam sujeitos à lei brasileira, mesmo quando, entre outras condições, sejam julgados no estrangeiro.

e) Os crimes cometidos no exterior por agente estrangeiro contra o patrimônio de fundação instituída pelo poder público federal brasileiro não se sujeitam à lei brasileira.

56. Em relação à infração penal, assinale a opção correta.

a) Na legislação pátria, a diferença entre crime e o delito está na intensidade relacionada à gravidade do fato.

b) Os crimes apenados com reclusão se submetem aos regimes fechado e semi-aberto, ao passo que os apenados com detenção são submetidos aos regimes aberto e prisão simples.

c) Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão, de detenção ou prisão simples, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa.

d) A infração penal refere-se ao gênero do qual são espécies os crimes (também chamados de delitos) e as contravenções penais.

e) Contravenção penal é a infração penal a que a lei comina pena máxima não superior a dois anos de reclusão.

57. Assinale a opção correta de acordo com o CP

a) O crime se considera consumado quando nele se reúnem, pelo menos, parte dos elementos de sua definição legal.

b) A tentativa, salvo disposição em contrário, é punida com a pena correspondente à prevista para o crime na modalidade consumada, diminuída de um terço até a metade.

c) O agente que, apesar de ter iniciado a execução do crime, voluntariamente impede o resultado responderá somente pelos atos por ele já praticados.

d) Quando por ineficácia absoluta do meio empregado o resultado ilícito almejado nunca possa ser alcançado, o agente responderá pela tentativa.

e) O dever de agir incumbe somente a quem com o seu comportamento anterior, tiver dado causa ao resultado delituoso, quando se trata de omissão penalmente relevante.

58. Exclui-se a culpabilidade do agente diante do (a):

- a) erro de tipo inevitável.
- b) privilégio.
- c) embriaguez culposa.
- d) a embriaguez preordenada.
- e) o erro de proibição justificável.

59. Em relação à ação penal, marque a alternativa correta.

- a) O STF já sumulou entendimento no sentido de que, a ação penal por crime contra a honra de servidor público, em razão do exercício de suas funções, é condicionada à representação do ofendido, que não tem legitimidade para propor queixa.
- b) A ação penal, em alguns casos, tem a sua iniciativa atribuída por lei ao ofendido, por intermédio de queixa ou representação.
- c) Em caso de morte ou ausência do ofendido o direito de representação, passa ao ascendente, descendente, cônjuge ou irmão, nesta ordem.
- d) A ação penal por injúria que consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, se não configurar crime de racismo, é pública condicionada.
- e) A queixa pode ser dirigida à autoridade policial, judiciária ou ministerial

60. Em relação à punibilidade no Código Penal e suas causas de extinção, assinale a opção correta.

- a) No crime de peculato culposo, havendo a reparação do dano no decorrer do inquérito policial, extinguir-se-á a punibilidade do infrator.
- b) A morte do agente resulta na extinção da sua punibilidade e, mesmo que depois da sentença extintiva se comprove a falsidade documental da certidão de óbito, a sentença será mantida, pois não cabe revisão criminal em prejuízo do réu.
- c) A prescrição retroativa regula-se pela pena concreta fixada na condenação, contado o prazo

do trânsito em julgado para a acusação retroativamente ao recebimento da denúncia, ou do recebimento da denúncia até a prática do crime.

d) Ao juiz é vedado reconhecer a isenção de pena em favor de autor de crime de homicídio.

e) Nos crimes contra a ordem tributária, extingue-se a punibilidade com o pagamento integral ou o parcelamento do tributo ou contribuição social devida, somados os consectários legais.

61. No que se refere aos crimes contra a pessoa, assinale a opção correta.

a) Se o crime for praticado durante a gestação ou nos seis meses posteriores ao parto, a pena do feminicídio poderá ser aumentada.

b) Aumenta-se a pena do homicídio doloso simples, dentre outras hipóteses, se o agente deixar de prestar imediato socorro à vítima.

c) o juiz poderá deixar de aplicar a pena caso as consequências do homicídio doloso atinjam o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

d) O feminicídio ocorre quando o homicídio é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, como quando o crime envolve a violência doméstica e familiar ou o menosprezo ou a discriminação à condição de mulher.

e) Se o agente cometer o crime de homicídio qualificado impelido por motivo de relevante valor moral, o juiz deverá diminuir a pena do agente em face do reconhecimento dessa circunstância como atenuante genérica.

62. Assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STJ.

- a) Diz-se tentado o latrocínio quando não se realiza plenamente a subtração da coisa, mas ocorre a morte da vítima.
- b) Não há como punir diferentemente todos os agente que venham a participar direta ou indiretamente para a produção do resultado ilícito, tal como orienta a teoria unitária do concurso de agentes.
- c) É impossível o concurso de agentes nos crimes culposos, em razão da ausência de liame subjetivo entre os agentes na produção do resultado danoso.
- d) Em face da exigência do *animus necandi* na conduta do agente, o crime de latrocínio não admite forma preterdolosa.
- e) No crime de roubo praticado com atuação de vários agentes, se apenas um deles usar arma de fogo e os demais souberem desse fato, todos responderão, em regra, pelo resultado morte.

63. Pedro e Paulo, maiores e capazes, planejaram, em comum acordo, furtar bens do pai de Pedro, quando este estivesse trabalhando. Na data combinada, os agentes subtraíram relógios e certa quantia em dinheiro, cujo montante atingiu a ordem de R\$ 8.000,00, da residência onde Pedro residia com seu pai, que tem 58 anos de idade. Com base no relato acima e no que preceitua o Código Penal, assinale a opção correta.

- a) Pedro e Paulo estariam isentos de pena caso os valores subtraídos não ultrapassassem o de um salário mínimo.
- b) Caso Paulo seja primário, o juiz pode diminuir a pena de um a dois terços, ou aplicar-lhe somente multa.
- c) Independentemente da quantia dos bens subtraídos, Pedro será isento de pena.
- d) A ação penal, no caso, será privada devendo-se aguardar a iniciativa da vítima.
- e) Por expressa disposição do CP, não há tipicidade material na ação de Pedro e Paulo.

64. Acerca dos crimes contra a dignidade sexual, marque a alternativa correta.

- a) No que tange ao crime de estupro de vulnerável, a existência de relacionamento amoroso entre a vítima e o agente. é fator preponderante para a atestar a ausência de tipicidade da conduta.
- b) O STJ pacificou o entendimento no sentido de que, eventual anuência da vítima afasta a tipicidade do estupro de vulnerável.
- c) O crime de importunação sexual pode ter como agente passivo pessoa menor de 14 anos, em razão da especificidade da condutado agente.
- d) Em se tratando de crime de estupro em que a vítima seja maior de dezoito anos de idade e plenamente capaz, a ação penal é pública incondicionada, ainda que não tenha ocorrido violência real na prática do crime.
- e) O médico ginecologista que durante atendimento, realiza ato libidinoso contra a sua paciente, valendo-se da autorização dada por ela para a realização de exame ginecológico, pratica o crime de assédio sexual.

65. Túlio, funcionário público no exercício de suas atribuições, prestava atendimento no balcão de uma repartição quando necessitou buscar um carimbo no interior de seu gabinete para concluir um procedimento. Por negligência de Túlio, o Notebook que usava, pertencente à instituição, ficou à mostra, totalmente desvigiado, às vistas de Cícero que recebia o atendimento. Quando o Túlio retornou, não encontrou mais Cícero e observou ainda que o Notebook da instituição havia sumido. Registrado o fato na delegacia de polícia, as investigações apontaram que Cícero havia furtado o computador, que não foi recuperado.

Nesse caso, Túlio:

- a) não praticou crime, uma vez que não anuiu à conduta delitiva de Cícero.
- b) praticou o crime de furto na modalidade participação, por isso, será condenado às penas cominadas para esse crime, na medida de sua culpabilidade.

- c) praticou peculato culposo e caso ele repare o dano à sua instituição até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, poderá ter a sua punibilidade extinta.
- d) cometeu crime de peculato-furto, pois concorreu para a realização do fato delituoso, entretanto, poderá ser reconhecida a atipicidade do fato pelo princípio da insignificância.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Direito Processual Penal

66. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A Polícia Judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- b) A Polícia Administrativa tem como funções precípua o patrulhamento ostensivo, a prevenção de infrações penais inclusive apurando-lhes materialidade e autoria.
- c) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o inquérito no prazo estabelecido em lei após a confecção do relatório com a descrição minuciosa das diligências encetadas naquele procedimento.
- d) O poder de polícia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em caso de crime cometido nas suas dependências, compreende, independente do regimento, a prisão em flagrante do acusado e a realização do inquérito.
- e) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

67. Sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da indisponibilidade inviabiliza que o inquérito policial seja arquivado.
- b) Excepcionalmente, o delegado de polícia poderá arquivar o Inquérito Policial quando constatar a atipicidade do fato.
- c) Mesmo diante de inquéritos policiais que investigam fatos atípicos, o delegado de polícia não poderá arquivá-los, salvo quando extinta a punibilidade.
- d) O arquivamento do inquérito policial é ato complexo que envolve, portanto, a manifestação de dois órgãos.
- e) Para que o Inquérito Policial seja arquivado, é necessária requisição do delegado ao Juiz, o qual arquivará independente de prévia manifestação do Ministério Público.

68. Julgue a alternativa mais adequada face às características do Inquérito Policial.

- a) O Inquérito policial é um procedimento solene, haja vista exigir formalidades na sua elaboração.
- b) Os atos do Inquérito Policial devem ser escritos, no entanto as diligências orais não precisam ser reduzidas a termo.
- c) O Ministério Público deverá requisitar da autoridade policial a instauração de inquérito policial mesmo quando dispuser diretamente dos elementos de informação necessários e suficientes ao oferecimento da ação penal.
- d) Em face do princípio da obrigatoriedade, o delegado de polícia está vinculado a realizar as diligências requeridas pelo ofendido ou seu representante legal.
- e) No Inquérito Policial exercita-se o contraditório e a ampla defesa, a ponto da autoridade policial não ter discricionariedade para recusar a realização das diligências requisitadas pelo juiz ou MP.

1º Simulado PCRN Delegado – 07/03/20

69. Em se tratando do sigilo no inquérito policial, analise as assertivas abaixo e julgue a correta.

a) O advogado do indiciado possui acesso restrito aos autos do inquérito policial.

b) O advogado tem o direito de examinar os autos do inquérito policial, independente de procuração, em qualquer caso, se os elementos de informação já estiverem documentados.

c) A autoridade competente poderá delimitar o acesso do advogado aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento, mesmo quando não houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências.

d) O advogado do indiciado possui acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

e) Nos interrogatórios e depoimentos de seus clientes, o advogado não poderá formular quesitos nem apresentar razões.

70. Acerca do inquérito policial, assinale a assertiva correta.

a) O delegado de polícia não poderá instaurar inquérito policial exclusivamente com base em notícias anônimas, devendo tomar providências preliminares para certificar a procedência da informação.

b) o advogado possui acesso amplo aos elementos de prova relacionados a diligências já documentadas em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária quando digam respeito ao exercício do direito de defesa de seus clientes, não sendo possível exigir tal prerrogativa nas investigações diretas do MP por não se tratar de órgão com competência de polícia judiciária.

c) O inquérito policial nos crimes contra a economia popular deverá ser encerrado no prazo de dez dias caso o indiciado esteja preso e em quinze dias caso o indiciado esteja solto.

d) O relatório é a peça de encerramento do inquérito policial, podendo o delegado de polícia realizar juízo de valor sobre os fatos.

e) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, pode a ação penal ser iniciada mesmo que sem novas provas.

71. Acerca da Prova no Processo Penal, assinale a assertiva correta.

a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

b) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.

c) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

d) O exame de corpo de delito não poderá ser feito nos finais de semana.

e) Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, mas não precisarão responder aos quesitos formulados.

1º Simulado PCRN Delegado – 07/03/20

72. Julgue a alternativa mais adequada.

- a) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- b) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, mesmo que não seja evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.
- c) Os peritos não oficiais não irão precisar prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
- d) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso técnico e, na falta deste, o exame será realizado por 02 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- e) O silêncio do acusado não importará em confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.

73. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- b) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.
- c) O depoimento será prestado oralmente, sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.
- d) Se o interrogado não souber escrever, não puder ou não quiser assinar, tal fato não precisará ser consignado no termo.
- e) A regra no processo penal é a realização do interrogatório do réu na sede do juízo em sala própria de audiência.

74. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.
- b) A competência será, em regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- c) É absoluta a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.
- d) Será obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.
- e) O Juízo Federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se iniciou.

75. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) Compete à Justiça Estadual processar e julgar policial de corporação estadual, ainda que o delito tenha sido praticado em outra unidade federativa.
- b) Nos processos por crime contra a honra, em que forem querelantes as pessoas que a Constituição sujeita à jurisdição do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Apelação, àquele ou a estes caberá o julgamento, quando oposta e admitida a exceção da verdade.
- c) A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
- d) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- e) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, apenas quando desconhecido o lugar da consumação infração.

Legislação Penal e Processual Penal

76. Utilizando apenas a Lei dos Crimes Ambientais, aponte a alternativa que apresenta uma hipótese apta a mitigar a sanção penal durante a segunda fase de dosimetria da pena:

- a) ter o agente mais de 70 (setenta) anos na data da sentença.
- b) ter sido o fato cometido em exercício regular do direito de caçar.
- c) ter sido o fato praticado contra espécie de fauna que não está na lista de risco de extinção.
- d) a classe socioeconômica do agente.
- e) a comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.

77. Sobre o instituto da suspensão condicional do processo, previsto no art. 89 da Lei 9.099, é correto afirmar com base no texto de lei e na jurisprudência majoritária:

- a) Em casos de emendatio libelli, é cabível a suspensão condicional do processo se a nova tipificação resultar em crime cuja pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano.
- b) Os STF e o STJ divergem quanto ao cabimento da suspensão condicional do processo nos crimes submetidos à Lei Maria da Penha, por ser direito subjetivo do acusado.
- c) As condições a que fica submetido o acusado estão previstas em lei, não se admitindo interpretação extensiva para novas possibilidades sob afronta do princípio da legalidade.
- d) A revogação da suspensão condicional do processo só é possível em virtude de condenação com trânsito em julgado por crime cometido durante o período de prova, sob pena de violação ao princípio da não-culpabilidade constitucional.
- e) Em caso de concurso material de crimes, a pena deve ser considerada separadamente para fins de aplicação da suspensão condicional do processo, sendo vedada a soma das penas mínimas para aferição do cabimento do instituto.

78. Nos termos da Lei 7.210/84, integra o centro de competência do magistrado que atua na fase de Execução Penal:

- a) diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.
- b) aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado.
- c) colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.
- d) fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento.
- e) contribuir na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da política criminal e penitenciária.

79. A respeito da Lei 11.340/2006, assinale a alternativa em que não se aplica a Lei Maria da Penha:

- a) o ex-noivo agride fisicamente a mulher por ser torcedora de outra agremiação esportiva no ginásio poliesportivo da cidade.
- b) a mãe agride a filha em seu ambiente doméstico por não ter lavado a louça corretamente.
- c) a irmã de 25 anos agride a irmã de 13 anos por usar a roupa dela e deixar suja.
- d) um motorista pratica feminicídio contra mulher em uma briga de trânsito, por menosprezo à condição de mulher da vítima.
- e) Um namorado agride fisicamente a namorada por ciúmes, após descobrir ter sido traído com seu melhor amigo.

80. Assinale a alternativa incorreta, que contraria texto de lei em relação à idade dos idosos:

a) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, maior de 70 (setenta) anos.

b) Aplica-se a pena em dobro, para o crime de estelionato, se o crime for cometido contra pessoa com 60 anos de idade ou mais.

c) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

d) Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

e) Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

81. Nos termos da Lei 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo), assinale a alternativa correta.

a) Os crimes previstos na referida Lei são praticados contra o interesse da União, cabendo à Polícia Federal a investigação criminal, em sede de inquérito judicial.

b) O juiz determinará, na hipótese de existência de tratado ou convenção internacional e por solicitação de autoridade estrangeira competente, medidas assecuratórias sobre bens, direitos ou valores oriundos de crimes descritos nesta Lei praticados no estrangeiro.

c) O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos nesta lei, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, ou, apenas expor a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública por qualquer motivo.

d) São atos de terrorismo incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado.

e) São atos de terrorismo incendiar, interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado.

82. Em investigação direta feita pelo Ministério Público, o promotor de justiça toma conhecimento de lavagem de dinheiro feita por uma associação criminosa na cidade de sua competência funcional. Por razões cautelares, intercepta as conversas telefônicas do líder da associação criminosa sem requerer a autorização do juiz. Com relação a essa conduta, é correto afirmar que o promotor

a) agiu corretamente, considerando a cautelaridade da medida.

b) incorreu no crime previsto no artigo 10 da Lei das interceptações telefônicas.

c) agiu corretamente, considerando que a interceptação de comunicações telefônicas pode ser a primeira opção como meio de obtenção de prova.

d) não agiu corretamente, porque a interceptação de comunicação telefônica não pode ser determinada no curso da investigação.

e) não agiu corretamente, porque deveria ter submetido a análise da necessidade dessa prova ao delegado que preside as investigações preliminares.

83. Nos termos da Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, ao autor do fato típico definido como infração penal de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante,

- a) a menos que o agente seja reincidente.
- b) a menos que se recuse a ressarcir a vítima.
- c) a menos que tenha maus antecedentes.
- d) a menos que não caiba liberdade provisória.
- e) nem se exigirá fiança.

84. A respeito da Lei 7.716/89, não caracteriza crime resultantes de preconceito de raça ou de cor:

- a) fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
- b) praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- c) impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.
- d) distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem posicionamento político ostensivo contra o Governo Federal.
- e) recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

85. Assinale a alternativa que contempla um crime previsto na Lei no 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência):

- a) Gestão fraudulenta da empresa.
- b) Lavagem de bens empresariais.
- c) Contabilidade paralela.
- d) Violação de sigilo funcional.
- e) Fraude a credores.

86. Quanto ao procedimento judicial da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), indique a alternativa INCORRETA:

- a) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências instrutórias deferidas ou ordenadas pelo juiz, abrir-se-á, sucessivamente, o prazo de 5 (cinco) dias a cada parte para alegações finais.
- b) Da sentença cabe apelação, interponível no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) Recebida a denúncia e citado o réu, terá este o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa escrita, contado da data do seu interrogatório, podendo juntar documentos, arrolar as testemunhas que tiver, em número não superior a 5 (cinco), e indicar as demais provas que pretenda produzir.
- d) Na defesa escrita, não poderá a defesa requerer a absolvição, ficando esse pedido para as alegações finais, após a audiência.
- e) Será admitida ação penal privada subsidiária da pública, se esta não for ajuizada no prazo legal.

87. Qual das regras abaixo não será utilizada no processo por crime praticado por Prefeito:

- a) A denúncia deve ser feita pelo Ministério Público ou pela Câmara de Vereadores.
- b) Antes de receber a denúncia, o Juiz ordenará a notificação do acusado para apresentar defesa prévia.
- c) Ao receber a denúncia, o Juiz manifestar-se-á, obrigatória e motivadamente, sobre a prisão preventiva do acusado.
- d) Da decisão de afastamento do cargo do acusado, caberá recurso, em sentido estrito, para o Tribunal competente, no prazo de cinco dias, em autos apartados
- e) Os órgãos federais, estaduais ou municipais, interessados na apuração da responsabilidade do Prefeito, podem requerer a abertura do inquérito policial ou a instauração da ação penal pelo Ministério Público, bem como intervir, em qualquer fase do processo, como assistente da acusação.

88. Em relação aos crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137/90), aponte a alternativa CORRETA:

a) apenas define os crimes contra a ordem tributária, deixando os crimes contra as relações de consumo no Código de Defesa do Consumidor.

b) quando o crime é praticado por funcionário público, a responsabilidade criminal dar-se-á exclusivamente pelo texto do Código Penal.

c) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.

d) se ocasionar grave dano à coletividade, será aplicada uma agravante.

e) os crimes dessa lei são de ação penal pública condicionada à requisição da Receita Federal ou Estadual.

89. Acerca dos crimes falimentares previstos na lei n.11101/05 está correto:

a) Em se tratando de empresa com capital privado a ação penal será pública condicionada a representação. Também é cabível a ação penal privada subsidiária da pública ante a inércia do MP para promover a ação no prazo legal.

b) Todos os crimes da lei 11101/05 (falimentares) serão de ação penal pública incondicionada a representação. Também é cabível a ação penal privada subsidiária da pública ante a inércia do MP para promover a ação no prazo legal.

c) A massa falida, credores habilitados, credores pendentes de habilitação e o administrador judicial são legitimados, para ante a inércia do MP, ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.

d) Somente os credores com garantia real são legitimados, para ante a inércia do MP, ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.

e) Após o recebimento da denúncia ou da queixa por crime previsto na Lei nº 11101/05, o rito processual a ser observado é o ordinário, previsto no Código de Processo Penal.

90. Assinale a alternativa que apresenta o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal com relação à posse de droga para consumo pessoal, prevista no art. 28 da Lei n.º 11.343/2006, no qual, para a Corte Suprema, tal conduta foi

a) descriminalizada.

b) descarceirizada

c) transformada em ilícito administrativo por razões de saúde pública

d) transformada em norma de constitucionalidade diferida

e) despenalizada

Medicina Legal

91. As perícias devem ser feitas:

a) Por dois peritos oficiais designados pela autoridade policial.

b) Por um perito oficial, que a cada nova perícia prestará compromisso.

c) Por três pessoas idôneas, se não houver peritos oficiais.

d) Por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, se não houver peritos oficiais.

e) Por um perito oficial, que encaminhará para homologação para um segundo perito.

92. Acerca do exame de corpo de delito assinale a alternativa INCORRETA:

a) O exame de corpo de delito poderá ser feito inclusive no período noturno.

b) Se houver morte violenta, em determinados casos, o simples exame externo do cadáver é suficiente.

c) A autópsia deve ser feita necessariamente pelo menos oito horas após o óbito.

d) Se houverem desaparecidos os vestígios, impossibilitando o exame de corpo de delito, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

e) O local do crime e o cadáver devem ser fotografados sem alteração da forma com que foram encontrados.

93. Numere a coluna da direita, de acordo com sua correspondência com a da esquerda:

(1) Ocasionada pelos resíduos de óleo, chumbo e cobre que ficam impregnados no projétil.

(2) Escoriação escura produzida pelo rompimento da pele

(3) Rompimento dos vasos vizinhos à lesão

(4) Deposição dos resíduos da queima da pólvora, que sai com a lavagem do local

(5) Incrustação de grânulos de pólvora incombusta

(6) Queimadura dos pelos e da pele pelo calor dos gases saídos do cano

() Zona de tatuagem

() Zona de chamuscamento

() Orla de Contusão

() Zona de esfumaçamento

() Orla de enxugo

() Orla equimótica

() Orla de enxugo

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta com as definições de cada orla/zona, de cima para baixo:

a) 6, 5, 1, 4, 3, 2

b) 5, 6, 3, 2, 4, 1

c) 6, 5, 2, 3, 1, 4

d) 3, 6, 5, 4, 1, 2

e) 5, 6, 2, 4, 3, 1

94. Em relação à tanatologia, há dois tipos de fenômenos cadavéricos, quais sejam: os abióticos, avitais ou vitais negativos, tanto imediatos quanto consecutivos; e os transformativos, sejam eles destrutivos ou conservadores. Em outras palavras, se houve morte, tais fenômenos se farão presentes. O algor mortis é considerado fenômeno:

a) Abiótico imediato.

b) Abiótico consecutivo.

c) Abiótico destrutivo.

d) Transformativo destrutivo.

e) Transformativo conservador.

Noções de Criminalística

95. Assinale a alternativa correta.

a) A Criminalística não se relaciona com todas as ciências.

b) A Criminalística não é necessária nas investigações policiais.

c) A Criminalística estuda as circunstâncias do crime cometido.

d) O exame de local de crime não revela vestígio.

e) A Criminalística se relaciona com todas as ciências, exceto com Medicina Legal.

96. Assinale a única alternativa INCORRETA acerca dos princípios da Criminalística.

a) Princípio da Observação: Em locais de crime nem sempre é fácil a detecção de vestígios, sem contar que em muitos casos os próprios autores produzem alterações consideráveis na cena, exatamente, para dificultar o trabalho do perito. Em alguns casos, esses vestígios só podem ser detectados através de análises microscópicas, ou, através de aparelhos de alta precisão. Mas, é preciso ter em mente que não pode haver uma ação que não deixe marcas de provas. Além disso, é notória a evolução do instrumental científico capaz de detectar esses vestígios;

b) Princípio da Análise: “A análise pericial deve sempre seguir o método científico” – a perícia visa traçar uma teoria ou como aquele fato ocorreu, valendo-se dos vestígios encontrados que permitam desenvolver conjeturas sobre como se desenvolveu o fato, através da formulação de hipóteses coerentes com base numa metodologia (método científico);

c) Princípio da Interpretação: as conclusões de uma perícia criminalística são independentes dos meios utilizados para alcançá-las: utilizando-se os meios adequados para se

concluir a respeito do fenômeno criminalístico, esta conclusão, quando forem reproduzidos os exames, será constante e independente de se haver utilizados meios mais rápidos, mais precisos, mais modernos ou não;

d) Princípio da Descrição: os resultados dos exames periciais devem ser descritos sempre de forma clara, racionalmente dispostos e bem fundamentados em princípios científicos buscando sempre uma linguagem técnica e juridicamente perfeita. A Perícia busca a verdade através da leitura dos vestígios, podendo percebê-los através dos nossos sentidos;

e) Princípio da Documentação: este princípio é baseado na Cadeia de Custódia da prova material, ou seja, toda amostra deve ser cuidadosamente documentada desde o momento em que aparece no local do crime até sua análise em exames complementares, a fim de garantir e estabelecer um histórico completo de sua origem, de modo que não haja dúvidas sobre tais elementos probatórios.

97. A Criminalística versa pela análise de vestígios materiais extrínsecos relativos ao local periciado. Acerca desta disciplina é incorreto afirmar que:

a) É reconhecidamente regida por leis, métodos e princípios próprios, com plena independência das demais.

b) É uma área da ciência forense que envolve a coleta e análise de evidências físicas geradas por atividades criminais

c) A Criminalística tem por finalidade a individualização e a identificação dos vestígios materiais relacionados aos delitos em geral.

d) Todos os vestígios encontrados nos locais de crime são objeto da Criminalística, sejam eles suspeitos ou não.

e) Juan Vucetich é considerado o pai da Criminalística.

Legislação Policial

98. Com base na LC 270/04 do Estado do Rio Grande do Norte, compete ao Delegado de Polícia Civil, exceto:

a) representar acerca de prisão preventiva ou temporária e de insanidade mental do indiciado;

b) realizar as diligências requisitadas pelo Juízo Penal ou pelo Ministério Público;

c) fornecer aos seus subordinados ordem de serviço, por escrito ou verbalmente, das ações que a eles determinar;

d) prestar às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e ao julgamento dos processos penais sob sua direção;

e) instaurar e presidir inquéritos policiais e demais procedimentos que se iniciem na Polícia Judiciária, destinados a apurar a materialidade e a autoria das infrações penais.

99. Dentre as infrações listadas a seguir, não é transgressão de natureza grave:

a) exercer atividade particular para cujo desempenho sejam necessários contatos com repartições policiais, ou que com elas tenham qualquer relação ou vinculação;

b) praticar usura em quaisquer de suas formas;

c) desrespeitar ou procrastinar o cumprimento de ordem do Chefe imediato ou de decisão judicial;

d) utilizar o anonimato para prejuízo da instituição ou de companheiros;

e) consumir substância entorpecente ou que cause dependência química em serviço, ou apresentar-se ao serviço em estado alucinógeno decorrente do consumo de tais substâncias;

100. Acerca da competência para aplicação das penalidades e da extinção da punibilidade na LC 270/04 do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:

- a) O Delegado-Geral da Polícia Civil é competente para aplicar a pena de demissão.
- b) A falta sujeita à pena de suspensão prescreve em dois anos.
- c) A transformação de sindicância para processo administrativo reinicia o prazo de contagem prescricional.
- d) A falta sujeita à pena de advertência prescreve em um ano.
- e) O Secretário de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social não é competente para aplicar a pena de suspensão.



Estratégia
Carreira Jurídica

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PCRN-Delegado-07-03>



Conheça nossos cursos

[Clique aqui](#)

Estratégia
Carreira Jurídica